

ARTIGO

Meu reino por um ícone

"Meu reino por um cavalo!"
Ricardo III - Ato 5°
William Shakespeare

São 13 horas e 18 minutos de quinta-feira, 10 de junho. O Presidente acabou de desembarcar no subsolo, usou o elevador privativo e atravessa, só e displicente, a passagem defasada da biblioteca para a ala leste do Palácio da Alvorada. Com um binóculo de alcance, qualquer pessoa, à distância de quase 500 metros, do laguinho, onde os repórteres fazem plantão e ondas de turistas observam as colunas de Niemeyer sonhando com o que pode estar acontecendo lá dentro, poderia acompanhar, nitidamente, o Presidente caminhando a passos normais, sem pressa, no interior do palácio. Os fotógrafos dos jornais, usando lente de aproximação, estão cansados dessa experiência.

Pois é hora do almoço, o Presidente tem convidados, que chegaram pontualmente às 13 horas, cumprindo as regras, e o vêem aproximando-se através dos

espelhos do grande espaço de estar onde o aguardam. Ele está chegando do Palácio do Planalto onde acabou de sacramentar, com duas assinaturas - sancionando uma lei do Congresso e baixando medida provisória - a extinção dos ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica, todos incorporados ao Ministério da Defesa e sob as ordens de um civil.

Nesses poucos instantes, o tempo em que o Presidente levou para cumprir cinquenta passos, entre duas alas do Alvorada, os convidados puderam observá-lo sem serem notados. E fazem a primeira avaliação. Como são quatro, cada convidado escolhe um adjetivo e todas as impressões sobre sua aparência confluem. O Presidente parece seguro, tranqüilo, confiante, triunfante. Quem já o conhece e já experimentou o mesmo ritual de um almoço com ele no Alvorada, e quem faz a experiência pela primeira vez, não discrepam. A imagem pública das pesquisas de opinião podem ter mudado, mas o

humor e a autoconfiança de Fernando Henrique continuam os mesmos, na forma e intensidade.

Aproximando-se, ele ainda não se desligou das emoções da hora anterior no Palácio do Planalto - a solenidade histórica da segunda fase de implantação do Ministério da Defesa - e que vai comentar com seus convidados do almoço daquela quinta-feira. Saúda-os com simpatia cordial. Nem frieza nem derramamentos. Senta-se, servem-lhe um suco de tomate. Diz que abandonou o discurso formal que lhe haviam preparado, fato cada vez mais comum nas solenidades do Palácio do Planalto. Queria fazer referências pessoais e diretas aos artífices e principais colaboradores da criação do Ministério da Defesa, que será uma das reformas históricas dos seus dois governos. Rindo, ou com olhares, sublinha criticamente, ora com sincera admiração, ora com ironia corrosiva, cada nome ou fato a que se refere. Lembra que o ministro Elcio Álvares é o primeiro civil na história a ter sob suas ordens diretas as Forças Armadas no Brasil. "O civil Pandiá Calógeras, ministro de Epitácio Pessoa, nos anos 20. Alguém lembra que a Marinha teve ministros civis. O Presidente pede que pesquisem. E ninguém cita o primeiro ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, não apenas civil, e gaúcho. Na verdade, a questão essencial do Ministério da Defesa não é o civil que vai ocupá-lo, mas a reforma em profundidade do papel das Forças Armadas, representada pela extinção da antiga estrutura dos três ministérios. É justamente a consciência mais profunda desses fenômenos que faz a diferença perceptível da Presidência da República sob Fernando Henrique. A diferença é o conhecimento. Ele sabe, não porque seja melhor que os

A imagem pública das pesquisas pode ter mudado, mas o humor e a autoconfiança de Fernando Henrique continuam os mesmos

outros, mas porque dispõe de instrumentos do tipo profissional. O que o torna duas vezes merecedor de castigo, por seus erros políticos. A culpa pelo que dependeu de seu arbitrio, e o dolo, por dispor desses instrumentos de conhecimento e análise.

Mas Fernando Henrique faz jogo duplo. Dos comentários estratégicos sobre o Ministério da Defesa, salta, sem interrupções ou avisos, para o corpo-a-corpo da intriga política explícita. Nunca se sabe se está exercendo a crítica acadêmica ou fazendo apostas aleatórias, lances de risco no processo político. Isso fica claro quando, no decorrer da análise sobre o significado do Ministério da Defesa, introduz o nome o general Alberto Cardoso, chefe da Casa Militar. O Presidente reconhece que o ex-chefe do Emfa, general Benedito Leonel - já nomeado observador na ONU - foi o grande artífice do processo, mas toma a iniciativa de lembrar o general Alberto Cardoso. "O general Cardoso atuou muito, com muita lealdade, ele é muito organizado. E também o Clóvis Carvalho, o Clóvis teve papel essencial."

Agora o Presidente está em pleno jogo político. Aproveita a oportunidade e, sem rodeios, emprega sua autoridade presidencial numa referência oportuna aos seus dois auxiliares, sob ataques. O general Cardoso, por causa da disputa entre a Abin e a Polícia Federal, em que tomou partido do ministro da Justiça, Renan Calheiros, com o PMDB, dirigindo ultimato ao Presidente e que implicava, na prática, em esvaziar atribuições da Casa Militar, ou perder o apoio da numerosa bancada parlamentar do partido.

No caso de Clóvis Carvalho, chefe da Casa Civil e que o Presidente costuma chamar de seu nº 2 no Palácio do Planalto, teve suas viagens em aviões da FAB denunciadas por meio de informações vazadas por setores militares descontentes com sua atuação no processo de montagem admi-



nistrativa do Ministério da Defesa. O general Cardoso e Clóvis Carvalho ficam no Governo, como está fazendo questão de avisar aos ministros, coletivamente.

... Então, já liberto da crise econômica, o Presidente encontrará o ícone para marcar os três anos de mandato que ainda lhe restam

Fez assim na quarta-feira, dia 9, quando reuniu o primeiro grupo e foi claro: independentemente da procedência ou partido, ninguém é ministro do PMDB, do PFL ou do PSDB, mas do Governo e ocupa o cargo enquanto tiver sua confiança. Quando lhe perguntam se o aviso disciplinar aos ministros foi uma inspiração de momento, em função da crise com o PMDB, e que ele aproveitou a reunião - que seria para estabelecer conexões entre as áreas financeira e sociais, já que estava presente o professor Wilmar Faria, seu assistente pessoal para políticas sociais - para

advertir seus ministros, o Presidente corta rápido: "Não. Convoquei a reunião por isso mesmo. Era esse o objetivo, não houve improvisação". E os ministros que faltaram? "Não haviam sido convocados. Haverá nova reunião na segunda-feira".

Aqui, a coisa se inverte. Fernando Henrique parte do acidental e fatural - o ultimato do PMDB para afirmar sua identidade - e parece identificar no episódio da nomeação do novo diretor da Polícia Federal a pedra de toque para a virada, já passados seis meses, da inauguração, de fato, do seu segundo mandato, já que em janeiro o País estava mergulhado na crise financeira que agora dá sinais de reversão.

Perguntado sobre se havia desistido do seu sonho - única justificativa para perseguir o segundo mandato da forma como lutou - de realizar um governo programático, já que o primeiro mandato destinou-se a realizar as reformas, o Presidente, primeiro, se defende. Pouco original, desafia metas e resultados administrativos nas áreas da educação e saúde, por

exemplo. Mas, para quando lhe perguntam se não falta um ícone como foi o real, chave das suas arrasadoras vitórias eleitorais de 94 e 98, ele admite que sim. Gosta da palavra. Falta-lhe um ícone. Até vislumbra o momento em que tal símbolo pode aparecer. Em outubro, no lançamento do pouco sonoro PPI, Plano plurianual de Investimentos, para o qual diz que procura nome mais simpático.

Então, já liberto dos efeitos da crise econômica, e quem sabe dos efeitos do que ele chama de "infâmia na política", que acabou por atropelar a sua imagem e a do Governo - que ele experimentou a primeira vez nas eleições que perdeu para Jânio Quadros, quando disputou a Prefeitura de São Paulo em 1986 e o chamaram de maconheiro - Fernando Henrique encontrará o ícone para marcar os três anos de mandato que ainda lhe restam.

LUIZ GUTENBERG
Redator-Chefe do JORNAL DE BRASÍLIA

NA PÁGINA 4, ENTREVISTA COM O PRESIDENTE